MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3490/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos conjugados dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e das disposições constantes no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Março, torna-se público que, por despacho da secretária-geral do Ministério da Justiça, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público ou no *Diário da República*, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Economato e Património.

2 — Publicitação — a oferta de emprego será ainda publicada na 2.ª série do *Diário da República* e em órgão de imprensa de expansão nacional.

3 — Área funcional — economato e património.

4 — Requisitos legais de provimento — nos termos do artigo 21.º do diploma que rege o recrutamento, selecção e provimento dos cargos de direcção intermédia, os candidatos deverão deter:

- Licenciatura;
- Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreiras para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura;
- Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

4.1 — Requisitos preferenciais:

- Licenciatura em Direito;
- Experiência profissional na área funcional de economato e património.

5 — Métodos de selecção — serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

- 1.ª fase — avaliação curricular geral e específica, em que serão considerados os requisitos estabelecidos no n.º 4 do presente aviso;
- 2.ª fase — entrevista pública.

6 — O júri poderá considerar que nenhum dos candidatos reúne condições para ser nomeado.

6.1 — Havendo candidato seleccionado, o júri elaborará proposta de nomeação, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

6.2 — O presente procedimento concursal é urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados, sendo, no entanto, todos os candidatos notificados do resultado do mesmo.

7 — Forma de provimento — a nomeação será efectuada em comissão de serviço pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 — Formalização das candidaturas — deverão ser efectuadas mediante requerimento, redigido em papel branco, normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sito na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de expediente, em envelope fechado, com referência expressa «Procedimento de concurso para provimento do cargo de chefe de divisão de Economato e Património», ou remetido por correio registado com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, devendo constar do requerimento os seguintes elementos:

- Identificação completa, (nome, filiação, número e validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de identificação fiscal, residência, código postal e número de telefone para eventual contacto);
- Habilitações literárias;
- Identificação do cargo a que se candidata, com indicação da referência do aviso, do número e da data do *Diário da República* em que o mesmo foi publicado ou número e data de registo na bolsa de emprego público;
- Identificação da categoria/cargo detido, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Experiência profissional, com indicação das funções com maior interesse para o cargo;
- Identificação dos documentos que instruem o requerimento de admissão ao concurso.

9 — O requerimento deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- Três exemplares do currículo profissional, detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, obrigatoriamente, as funções que exerce e as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de duração, e as actividades relevantes para o lugar a que se candidata ou quaisquer outros elementos que o candidato entenda relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência;
- Documentos comprovativos da formação profissional, com a indicação das respectivas datas, duração e entidades promotoras;
- Fotocópia de documento das habilitações literárias;
- Documento de registo biográfico emitido pelo serviço de origem;
- Fotocópias completas das fichas de notação/avaliação de desempenho relativas aos últimos quatro anos;
- Declaração emitida pelo serviço ou serviços a que o candidato esteve vinculado ou exerce funções expressando o conteúdo funcional deste durante os últimos quatro anos;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Outros documentos comprovativos de situações referidas pelos candidatos.

10 — O júri pode exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Composição do júri:

Presidente — Mestre Helena Maria José Alves Borges, secretária-geral-adjunta do Ministério da Justiça.

Vogais efectivos:

- Licenciado João Carlos Sousa Rosa Encarnação Guedes, director de serviços do Ministério da Justiça.
- Prof.ª Doutora Manuela Duarte, docente universitária.

Vogais suplentes:

- Licenciada Elisa da Silva Flores, chefe de divisão do Ministério da Justiça.
- Prof.ª Doutora Manuela Faia Correia, docente universitária.

2 de Março de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 6375/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Justiça de 23 de Fevereiro de 2006:

Licenciado Paulo Joaquim da Mota Osório Dá Mesquita, procurador-adjunto — autorizada, a seu pedido, a cessação de comissão de serviço como docente do Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 31 de Março de 2006.

3 de Março de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 3491/2006 (2.ª série). — 1 — Para os devidos efeitos, e nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e no artigo 77.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, faz-se público que foram distribuídas as listas de antiguidade dos funcionários das carreiras do regime geral dos tribunais de 1.ª instância reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

2 — As mesmas poderão ser consultadas na sede da Direcção-Geral da Administração da Justiça, nas suas delegações de Coimbra, Évora e Porto, e nas secretarias dos tribunais judiciais e dos tribunais administrativos e fiscais.

3 — De acordo com o artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99 e com o artigo 78.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, as eventuais reclamações deverão ser formalizadas no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso e dirigidas à directora-geral da Administração da Justiça.

1 de Março de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 6376/2006 (2.ª série). — Por despachos de 1 de Março de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005), as contratadas a termo certo ao abrigo dos Decretos-Leis